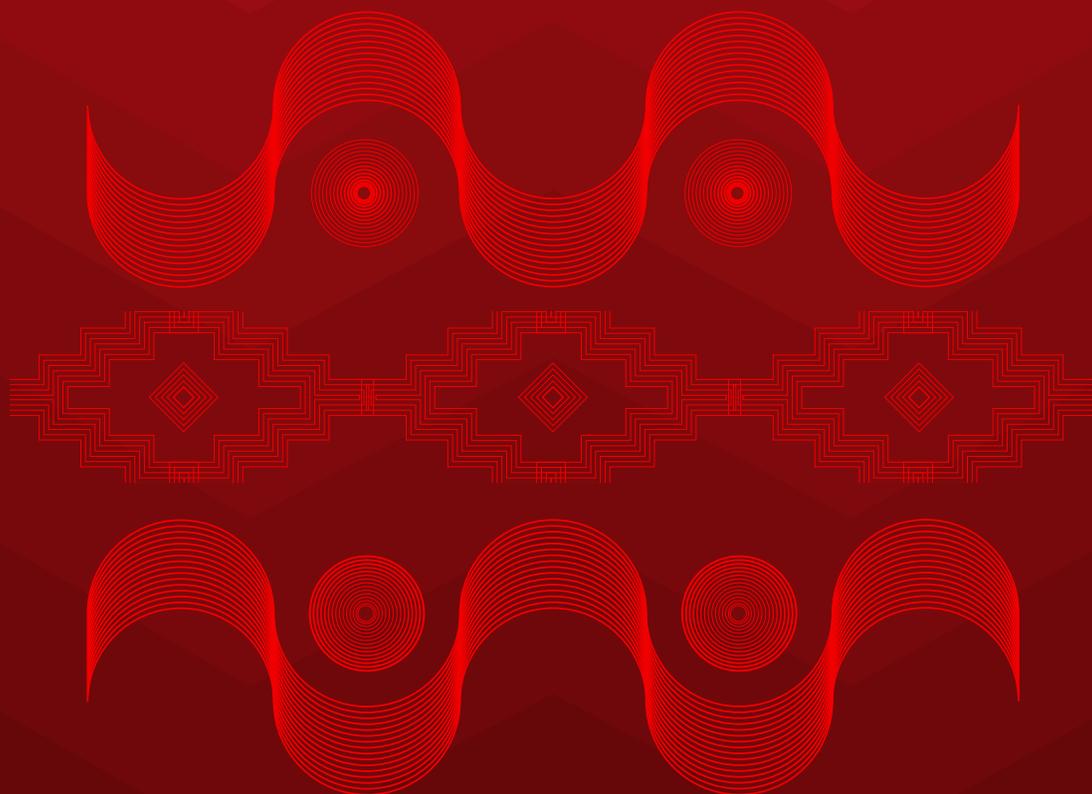


# POLÍTICAS INDIGENISTAS

CONTRIBUIÇÕES PARA AFIRMAÇÃO  
E DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS

ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES  
ANGÉLICA DOMINGOS - KAINGANG

ORGANIZADORAS





// CEGOV - TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

# POLÍTICAS INDIGENISTAS

**CONTRIBUIÇÕES PARA AFIRMAÇÃO  
E DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS**

ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES  
ANGÉLICA DOMINGOS - KAINGANG

ORGANIZADORAS



© do autor  
1ª edição: 2020

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul

**Coleção CEGOV**  
**Transformando a**  
**Administração Pública**

Revisão de Português:  
Marco Antonio Kloss

Projeto Gráfico: Heitor Jardim

Capa: Heitor Jardim

Apoio: Reitoria UFRGS  
e Editora UFRGS

Os materiais publicados na  
Coleção CEGOV Transformando  
a Administração Pública são  
de exclusiva responsabilidade  
dos autores. É permitida a  
reprodução parcial e total dos  
trabalhos, desde que citada a fonte.

**Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e  
Políticas Sociais da UFRGS**

**Coordenadora**

Prof<sup>fa</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Maria Castilhos Fernandes

**Pesquisadoras Colaboradoras**

Prof<sup>fa</sup> Dr<sup>a</sup> Loiva Mara de Oliveira Machado -  
Professora no Departamento de Serviço Social da  
UFRGS e prof<sup>fa</sup> colaboradora no GPETPS

Jéssica Degrandi Soares - Assistente Social  
e Mestre em Política Social e Serviço Social  
- UFRGS, bolsista CAPES (2016-2018) e  
Doutoranda no PPGSS - PUCRS.

Michele Mendonça Rodrigues - Assistente Social  
e Mestre em Política Social e Serviço Social

Patrícia Pereira Lopes, Assistente Social e  
Residente em Saúde Mental (UFRGS)

**Mestrandas do PPGPSSS-UFRGS**

Angélica Domingos Kaingang

Bruna Ferreira Corrêa

Mariana Martins Maciel

Tassiane Lemos Pacheco

**Alunas da Graduação em Serviço Social**

Ana Gabriela Brock - Bolsista de Iniciação  
Científica Voluntária

Aline Domingos - Bolsista de Iniciação Científica  
Voluntária

Moara Laís Palmeira Johann - Bolsista de  
Iniciação Científica



---

P769 Políticas Indígenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas  
[recurso eletrônico] / Rosa Maria Castilhos Fernandes [e] Angélica Domingos. Porto  
Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020.  
197 p. : pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

1. Política indígenista. 2. Direitos indígenas. 3. Violação. 4. Resistência. 5. Educação.  
I. Fernandes, Rosa Maria Castilhos. II. Domingos, Angélica. III. Série.

CDU 342.724

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-029-7



# QUESTÃO INDÍGENA, VIOLAÇÕES E RESISTÊNCIAS: OS CAMINHOS DE UMA INVESTIGAÇÃO

ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES  
*Professora do Departamento de Serviço Social e do PPG  
Política Social e Serviço Social da UFRGS*

ANA GABRIELA BROCK  
*Graduanda em Serviço Social, Bolsista de IC /CNPQ*

MOARA LAÍS PALMEIRA JOHANN  
*Graduanda em Serviço Social, Bolsista FAPERGS*

ANGÉLICA DOMINGOS  
*Kaingang, Assistente Social e Mestranda em Política So-  
cial e Serviço Social da UFRGS*

## 1.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

A questão indígena é, por si só, uma questão que nos inquieta, que nos causa indignação e que exige de nós uma atenção responsável, comprometida e solidária com as lutas dos originários do Brasil na defesa dos seus direitos. São 817.963 indígenas de 305 etnias e 274 línguas presentes em todos os estados da federação brasileira (IBGE, 2010). São povos originários que possuem diferentes formas de se expressar, de ser, de viver e de conhecer, relacionadas às suas etnias, línguas, crenças e tradições.

As vivências desses povos materializam diferentes expressões da questão social, que vão desde as cotidianas violações de direitos até os processos de resistências e reexistências que são deflagrados pelos movimentos e coletivos indígenas. Portanto, situamos, aqui, a questão indígena, fazendo referência ao processo de invasão e esbulho que se deu neste imenso território chamado Brasil, quando surge uma questão indígena com a chegada dos europeus. Nesse sentido, enfatizamos que o cerne da questão indígena em nosso país está pautado nas forças coloniais e vem se agravando por conta da questão social indissociável ao sistema capitalista.

Não são poucas as notícias de violações de toda ordem que visualizamos na mídia nacional e internacional, tanto nos meios de comunicação de massa quanto nos meios alternativos, assim como nos relatos trazidos pelos estudantes indígenas que acessam as universidades públicas, ou, ainda, pelas suas lideranças, sobre os ataques às etnias indígenas que se acirram na conjuntura brasileira. Por isso, interessa-nos dar visibilidade às diferentes manifestações da questão social vivenciadas por essa população, sejam os ataques e violações que sofrem, sejam suas

lutas e mobilizações sociais que se espalham pelo Brasil afora, fazendo com que diferentes etnias se unam e dialoguem numa luta única, dando sentido às suas experiências enquanto povos originários em defesa dos territórios e das políticas indigenistas.

O período vivenciado, especialmente de 2016 para cá, tem se caracterizado por múltiplas privações para a sociedade brasileira. São contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, medidas de austeridade fiscal que impactam diretamente no campo das políticas sociais e na sua capacidade operacional, no acesso aos direitos sociais e, fundamentalmente, nas condições de vida da população, colocando em maior risco aqueles que, ao longo da história colonizadora deste país, foram exterminados, violados e invisibilizados: os povos indígenas.

Embora avanços no marco legal tenham ocorrido, a partir da Constituição Federal de 1988, ao ser estabelecido um novo paradigma sobre os direitos dos povos originários do Brasil, na tentativa de romper com a perspectiva tutelar e integracionista, a concretização dessa ruptura ainda é um processo em curso que requer a ampliação do diálogo dessa temática. Esse cenário nos instiga a pensar o quanto ainda se faz necessário deflagrar esse debate na Universidade, trazendo para seus conteúdos, em diferentes cursos, as pautas indígenas, como as políticas indigenistas que estão inseridas nas políticas de proteção social como na Saúde, na Assistência Social, na Educação e na Previdência Social, assim como o território, direito originário, que é a base para sobrevivência e existência indígena.

A formação de profissionais para atuarem no âmbito da esfera estatal ou de sujeitos políticos que defendam e construam uma sociedade democrática requer a inserção dessa discussão nos processos formativos. Para tanto, é necessária a apreensão das situações e realidades indígenas para que possamos dar conta do

atendimento das suas necessidades e frear a destituição em curso de um conjunto de legislações no âmbito da proteção social brasileira que ainda “estão num desencontro no atendimento das necessidades socioculturais de vida dos indígenas” (DOMINGOS, 2016, p.7).

Ao considerarmos esse contexto, desenvolvemos uma pesquisa documental e de natureza qualitativa que tem como objetivo geral analisar as lutas sociais dos povos indígenas em defesa dos territórios e das políticas indigenistas no Brasil, no período de 2016 a 2019, enquanto manifestações da questão social, para afirmação dos direitos indígenas e da socialização com a comunidade acadêmica. Entre os objetivos específicos estão: 1) identificar as políticas indigenistas nas políticas de Saúde, Assistência Social, Previdência Social e Educação para reconhecimento e afirmação dos direitos indígenas; 2) mapear as principais manifestações dos indígenas no Brasil em defesa dos seus direitos, a partir dos registros realizados nos meios de comunicação de massa e alternativos; 3) contribuir com a socialização das lutas indígenas para a inserção dessa pauta na formação dos profissionais que atuam no âmbito das políticas de proteção social no Brasil.

A pesquisa documental foi organizada em duas fases: a primeira, com relação às políticas de proteção social, analisando as legislações referentes às políticas nacionais de Saúde, Educação, Assistência Social e Previdência Social; a segunda fase, trata da pesquisa realizada nos meios de comunicação com relação às violações de direitos e às lutas sociais indígenas, cujos resultados socializamos neste artigo.

Com relação aos meios de comunicação tradicionais e alternativos, escolhemos, intencionalmente, o período de 2016 a 2019 para analisar documentos como Folha de São Paulo, Zero Hora,

Revista Veja, Revista Carta Capital, Jornal *Le Monde Diplomatic* e Mídia Ninja, a fim de mapear as principais manifestações dos indígenas no Brasil em defesa dos seus direitos, a partir dos registros realizados nesses meios de comunicação. Nesse estudo, a dimensão do tempo para compreensão do aspecto social em análise revelou uma riqueza de informações que foram extraídas dessas fontes, ampliando, assim, o entendimento sobre a questão indígena a partir da contextualização histórica, política e sociocultural.

A coleta das notícias foi realizada a partir do acesso aos sites dos respectivos veículos de comunicação de massa e alternativos supracitados, utilizando descritores *indígenas*, *índios* e *índias*<sup>2</sup>. Os dados coletados foram organizados por títulos e/ou subtítulos das notícias, dos meios de comunicação, da data da publicação, do *link*, da fonte e da área ou da política social à qual a notícia se refere. Para essa sistematização, trazemos as reflexões teóricas sobre a compreensão da questão indígena que subsidiaram a caminhada metodológica e socializamos parte dos resultados da investigação ora apresentada.

## 1.2 A QUESTÃO INDÍGENA EM DISCUSSÃO

A apreensão sócio-histórica da expressão “questão indígena” requer reconhecimento da forma como a terminologia “índio” é trazida na historiografia brasileira, presente há mais de 500 anos, desde o início do processo de colonização e da constituição

---

2 Os descritores foram escolhidos na tentativa de contemplar todas as notícias disponibilizadas de forma online tratando das violações e resistências dos povos indígenas. Os termos índios e índias são colonizadores e acabam por reduzir a multiplicidade de identidades e culturas indígenas. Aprofundamo-nos mais nos parágrafos que seguem.

histórica das identidades. Esse termo foi atribuído pelos europeus de forma errônea, por conta de um equívoco geográfico conhecido historicamente pelo registro de Colombo em sua suposta chegada às Índias (ROSA, 2015). Essa expressão carrega um modelo de dominação eurocêntrico, de um projeto colonial, de não reconhecimento do outro e das diferenças, forjando, dessa maneira, certa identidade aos povos nativos da América e a ideia de raça.

Para Quijano (2005, p.229), os “povos conquistados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também, seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”. Entretanto, foi no século XX, a partir de décadas de lutas por conquistas de direitos, que os movimentos indígenas se apropriaram do termo *povos indígenas*, mais precisamente nos anos 1980, como uma estratégia de aproximação de suas lutas e resistências, de suas identidades étnicas distintas, do compartilhamento de uma mesma cosmovisão, sendo, portanto, esse termo inserido no marco legal brasileiro para a efetivação dos direitos indígenas conquistados.

Outro aspecto a ser considerado e trazido por indígenas pesquisadores e não indígenas, como Milanez, Sá, Krenak, (2019), entre outros, diz respeito à historiografia tradicional que não deu atenção suficiente “ao protagonismo da resistência indígena à colonização e às abordagens da transição da escravidão indígena para a negra não apenas reforçaram a narrativa da extinção, que coloca os indígenas prementemente num lugar pertencente ao passado [...]” (2019, p.2163). Da mesma forma, os autores referem que é parte dessa historiografia a desconsideração do “violento sistema de exploração da força de trabalho, a espoliação e o genocídio que permanecem desde o primórdio da colonização até os dias atuais” (MILANEZ; SÁ; KRENAK, et al, 2019, p. 2163).

Mesmo sem a intenção de percorrermos a linha do tempo e dos fatos que sustentaram o processo de extermínio, tutela e integração à comunhão nacional dos indígenas, precisamos frisar que, após um longo período de ditadura militar, somente com a Constituição Federal de 1988, há o reconhecimento dos direitos originários e a ampliação de garantias desses coletivos. Para Domingos, “os movimentos indígenas por meio de suas lideranças contribuíram com a defesa das necessidades e interesses dos coletivos. Este movimento desde a colonização foi de retomada de territórios tradicionais, luta esta que perdura até os dias de hoje” (2016, p.14).

As diferentes formas de violação dos direitos indígenas estão escancaradas no cenário brasileiro. A questão indígena é uma das manifestações da questão social. Temos de considerar a questão social não como algo estático, isolado ou como um problema natural de uma determinada sociedade, mas sim como resultado de um processo histórico de conflitos, de colonização e exploração dos diferentes, que emergem das desigualdades sociais e dos processos de produção e reprodução do capital.

A questão social se manifesta de diferentes maneiras e é indissociável da sociedade capitalista que, de acordo com os seus interesses, coloca em curso suas facetas mais perversas. Pressupõe, também, a forma como o Estado se responsabiliza ou não pela provisão das políticas sociais e ainda “pelo chamado ‘princípio de exclusão’, que se concretiza, tanto da parte dos excluídos do processo produtivo do trabalho assalariado quanto da parte dos excluídos pela origem étnica, pela identidade cultural e pelas relações de gênero” (WANDERLEY, 2004, p.59).

Assim, para a compreensão da questão indígena, precisamos situá-la no contexto sócio-histórico como forma de apreensão das

suas peculiaridades. Temos, como terreno para essa apreensão, o cenário brasileiro de extremas desigualdades sociais e injustiças, de concentração de renda, de poder, de restrição das políticas sociais e de racismo estrutural e institucional, que, em um movimento contra-hegemônico, constroem-se as lutas pela emancipação política e humana. É, então, na sociedade capitalista, que vivenciamos disputas contra aqueles que excluem, exploram, discriminam e detêm, financeira e politicamente, o poder. Nesse sentido, essas disputas se fazem muito presentes quando falamos da questão indígena e, nesse caso, devemos considerar sua resistência aos processos neocolonizadores e de ofensivas aos direitos já conquistados. Para Domingos, esses são “movimentos contra-hegemônicos, que contestam e resistem contra a ideologia dominante pautadas no neoliberalismo e na ótica de exploração do capital” (DOMINGOS, 2016, p.23).

Os coletivos indígenas, no tempo vivido e em todo território nacional, têm sido, literalmente, alvo da exploração dos seus territórios e da invisibilização da riqueza das suas culturas, sendo associados a grupos de pessoas isoladas e iguais que, necessariamente, precisam se integrar a modos de vida baseados na individualização, na competitividade e na corrida contra o relógio, o tempo e a natureza. Como resposta a todas as violações de direitos, há, também, inúmeras formas de resistência dos povos indígenas, que se reflete nas notícias analisadas que socializamos nessa sistematização.

## 1.3 AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS E RESISTÊNCIAS INDÍGENAS: RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

Entre os resultados da pesquisa citada na introdução deste texto, no que diz respeito às políticas indigenistas, foram coletadas 2 (duas) notícias relacionadas à temática da Assistência Social, 33 (trinta e três) sobre a Educação, 48 (quarenta e oito) sobre a Saúde, 219 (duzentos e dezenove) sobre o Território e 49 (quarenta e nove) sobre o Meio Ambiente e 2 (duas) sobre a Previdência Social.

Ressaltamos que, durante a coleta das notícias, vimos a necessidade de reunir as notícias que não tratavam diretamente das políticas sociais citadas e nomear essa categoria como “Outros”, devido à sua relevância. Tais notícias totalizaram 576 do total, e foram organizadas nas seguintes temáticas emergentes: cultura e arte, direitos indígenas, genocídio, internacionais, mulheres indígenas e representação política. Para fins de socialização de parte dos resultados da investigação, escolhemos para tratar aqui as seguintes temáticas: Saúde, Previdência Social, Assistência Social, Educação e a categorias “outros”.

Identificamos que muitas notícias veiculadas em diferentes meios de comunicação eram da *Agence France-Presse* (AFP), uma agência de notícias francesa que tem representantes em 151 países. O que percebemos sobre a forma como os meios de comunicação abordam a questão indígena é que a mídia convencional retrata as notícias no sentido de transmitir os fatos; por isso, as notícias também são mais curtas. Entretanto, as mídias alternativas prestam um papel educativo e crítico, por meio das notícias, para além do dia 19 de abril, em que se fala massivamente sobre os povos indígenas. Além disso,

também podemos identificar, muito, nas mídias convencionais, o intuito de gerar cliques por meio de títulos sensacionalistas. Sobre os anos, o que ocorreu foi o aumento do número progressivo, de 2016 a 2019, de notícias sobre os povos indígenas, o que se dá por diversos fatores, entre eles, maior veiculação de notícias por meio de plataformas online, ataques dos governos e, conseqüentemente, a resistência dos povos indígenas.

## 1.4 SAÚDE

No que tange à política de saúde, foram coletadas, ao todo, 48 notícias, que estão representadas em seis temáticas emergentes, quais sejam: Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)<sup>3</sup>; Casa de Saúde Indígena (CASAI)<sup>4</sup>; Programa Mais Médicos; Água; Saúde Mental Indígena e Medicina Indígena.

Devemos pontuar que saúde é uma pauta de extrema importância na luta do movimento indígena. A partir de processos de lutas, resistências e negociações, surge a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (BRASIL, 2002) e, posteriormente,

---

3 O decreto nº 7336, de 19 de outubro de 2010 cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) que é responsável pela execução da Política Nacional de Saúde da População Indígena (PNASPI). (BRASIL, 2010)

4 A Portaria nº 1.801, de 9 de Novembro de 2015 define como um dos Subtipos de Estabelecimentos de Saúde Indígena no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) as Casas de Saúde Indígena (CASAI) que, de acordo com o artigo 6º deste mesmo documento, é o estabelecimento responsável pelo apoio, acolhimento e pela assistência aos indígenas referenciados à Rede de Serviços do SUS para realização de ações complementares de atenção básica e de atenção especializada, sendo destinada também aos acompanhantes, quando necessário. (BRASIL, 2015)

estabelece-se a SESAI e outros órgãos responsáveis pela execução desta Política. Entretanto, a saúde indígena vem sofrendo constantes violações e destituições de direitos nos últimos anos, fato constatado a partir das notícias coletadas e analisadas nesta pesquisa, assim como os embates e resistências travadas pelas comunidades indígenas.

Em 2016, foi veiculada na Revista Carta Capital a seguinte notícia: “*Após protestos, governo Temer recua de mudanças na saúde indígena*” (CARTA CAPITAL, 2016). Na época, o então Ministro da Saúde, Ricardo Barros, recuou e revogou duas portarias que acabavam com a autonomia financeira e orçamentária da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI’s) na gestão de recursos. Segundo noticiado, o recuo se deu após intensas mobilizações em todo país, como bloqueio de estradas e rodovias, e após reunião com as lideranças indígenas, as portarias foram revogadas.

Já em 2019, a Mídia Ninja também noticiou uma série de protestos organizados pelos movimentos indígenas e a ocupação do Ministério da Saúde de Curitiba contra nova tentativa do Governo Federal de alterar a política de saúde indígena. Dessa vez, o então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, tinha a intenção de municipalizar a política de atenção à saúde indígena nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Na ocasião, a manchete foi: “*Indígenas ocupam sede do Ministério da Saúde em Curitiba*” (MÍDIA NINJA, 2019).

Nos dias seguintes, o mesmo meio noticiou que, após a mobilização dos indígenas o Ministro da Saúde recuou e manteve a SESAI. Tais notícias denunciam as diversas tentativas de desmonte na SESAI e do sistema de saúde indígena ao longo dos anos e a importância da organização e articulação política das comunidades indígenas em todo país para frear esses retrocessos.

O descaso com a saúde indígena também aparece em notícia veiculada na Folha de São Paulo em 2018, cujo título é: *“Abrigo de saúde indígena em Brasília vive caos com pagamentos atrasados”* (VALENTE, 2018). A notícia relata que a CASAI de Brasília, que é responsável por acolher e acompanhar os pacientes referenciados nos serviços de alta complexidade do SUS tem sido impactada pela falta de pagamento dos salários dos funcionários, e também com a falta de alimentos para os indígenas e parentes que ali estão. Dessa forma, muitos usuários do SUS tiveram que retornar para suas aldeias devido à ausência de recursos para seu atendimento. Essa notícia é anterior ao desejo de municipalização da saúde indígena e já reflete as tentativas de desmonte da política de saúde indígena. No mesmo ano, também na Folha de São Paulo, foram veiculadas as seguintes notícias: *“Saúde indígena perderá 301 de seus 372 médicos com a saída de médicos”* (MAISONNAVE, 2018); e, posteriormente, *“Substituição de cubanos em áreas indígenas ainda é exceção em Mais Médicos”* (VARGAS, 2018).

A primeira notícia mostra que, com a saída dos médicos cubanos do Programa Mais Médicos, a SESA perderá 301 dos seus 372 médicos, 81% do total, o que representa um colapso na saúde indígena. A segunda notícia reforça esse fato, pois, um mês após a saída dos médicos cubanos, mais da metade das vagas ainda não haviam sido preenchidas, e a maioria dos editais não contava com inscritos em número suficiente para preenchê-las, deixando muitas áreas desassistidas.

Outra manchete que chama a atenção é a da notícia veiculada pela Revista Carta Capital, em 2018, intitulada *“Deputado tucano boicota programa de acesso à água para indígenas”* (DIAZ, 2018) A notícia relata que indígenas que estavam acampados entre fazendas

de soja, milho e cana-de-açúcar do Mato Grosso do Sul, das etnias Guarani e Kaiowá, adoeceram e foram intoxicados por agrotóxicos, devido à falta de acesso à água tratada. Chama a atenção que um programa do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para a instalação de cisternas nesses locais poderia contribuir para a resolução do problema; entretanto, o programa foi barrado por um deputado da bancada ruralista. Segundo a notícia, em reunião com MDS e FUNAI, ao se manifestar contra as obras, o deputado listou os nomes de posseiros e donos de propriedades que reivindicavam o direito sobre as terras onde estão os acampamentos (DIAZ, 2018). Tal fato deixa transparecer possíveis interesses ocultos em recusar água potável às comunidades indígenas do local, que acabam tendo disponibilidade apenas à água contaminada com agrotóxicos, o que desrespeita o direito básico de acesso à água e afeta a saúde de toda comunidade indígena local. Ainda, segundo a reportagem, em 2016, a FUNAI verificou a falta de acesso à água potável em 70% dos acampamentos indígenas visitados.

Dentre as 48 notícias coletadas na saúde, foi identificado um número significativo de notícias sobre a temática da saúde mental e as comunidades indígenas. Em 2017, o jornal Folha de São Paulo trouxe a notícia *“Brasil registra 30 suicídios por dia; problema afeta mais idosos e índios”* (AMÂNCIO, 2017). A notícia discorre sobre dados oficiais de suicídio no Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, referentes ao período entre 2011 e 2015. A notícia aponta que os povos indígenas são os mais vulneráveis, pois, entre os brancos, a taxa de mortes por suicídio é de 5,9 a cada 100 mil habitantes, além de destacar que a taxa de morte por suicídio nas comunidades indígenas é de 15,2 a cada 100 mil habitantes. Refere, ainda, que a faixa etária mais atingida entre os indígenas é a de crianças (e adolescentes) indígenas de 10 a 19 anos de

idade, que representam 45% dos casos registrados. Entre as etnias de alto índice estão os Guarani Kaiowá (MS), os Ticuna (AM) e os Carajás (TO). Segundo a notícia, tal fato está associado com a ocidentalização e a discriminação com as culturas indígenas, assim como as constantes disputas e ameaças de retirada de seus territórios.

Outra temática que emerge quando se noticia a saúde indígena é a Medicina Tradicional Indígena. No ano de 2018, a Folha de São Paulo veiculou uma reportagem intitulada “*Remédio do Mato é o que mais alivia a dor de índios*” (MATTOS, 2018). A matéria diz que o estudo realizado por uma enfermeira para seu mestrado aponta dados interessantes sobre o uso dos remédios do branco nas aldeias e, também, sobre a importância do uso dos medicamentos indígenas e o conhecimento ancestral para tratar problemas de saúde e a importância da articulação entre a medicina dos brancos com a medicina tradicional indígena. Na reportagem, a enfermeira faz um relato de caso vivenciado por ela que evidencia a importância dessa articulação entre as medicações e a valorização da medicina tradicional indígena para além das aldeias.

## 1.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com relação à política de Assistência Social, foram coletadas duas notícias, sendo elas: “*Burocracia prejudica acesso de índios do MS ao Bolsa Família*” (MAISONNAVE, 2016) e “*Bolsa família altera rotina de indígenas na região do Xingu*” (MAISONNAVE, 2016), ambas veiculadas no Jornal Folha de São Paulo no ano de 2016, no mesmo dia.

A primeira notícia aponta as dificuldades no acesso da população indígena ao Programa Bolsa Família, devido às barreiras de cadastramento, apesar de as famílias possuírem perfil para acesso ao Programa. Também ressalta que quase metade da população indígena tem acesso ao Programa;

contudo, há dificuldades no acesso à escola em determinados territórios, e a frequência escolar é um dos critérios para recebimento do Programa.

Diante disso, destacamos o necessário fortalecimento do trabalho social com famílias indígenas no âmbito da proteção social. Atualmente, há pouca aproximação nesse sentido, assim como o fomento da articulação intersetorial para busca de estratégias diante das barreiras de acesso ao benefício, como a necessidade de acesso à escola no território das comunidades. A discussão sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família e o acompanhamento familiar também são essenciais nessa discussão, para que possamos pensar em alternativas de aproximação das famílias indígenas, considerando as dificuldades de acompanhamento dessas condicionalidades, e buscar alternativas flexíveis com a rede do território.

Outra notícia também se refere ao *“Bolsa família altera rotina de indígenas na região do Xingu”*, a qual demonstra as mudanças na rotina da população indígena no Xingu. A matéria aponta que alguns indígenas procuram a cidade a fim de que seus filhos acessem a escola. Contudo, o modo de vida da cidade tem maior custo e é diferente em relação à aldeia, o que impacta em mudanças no modo de vida tradicional da população indígena. Na região do Xingu, é necessário se deslocar por dias para ter acesso ao benefício do Programa Bolsa Família, uma vez que o local para saque do recurso se situa na cidade, longe da aldeia.

O valor do Programa é utilizado para subsistência da população indígena, que vem aumentando o consumo de alimentos industrializados, o que impacta no aumento de doenças crônicas na população indígena. Além disso, há relatos de casos de endividamento, uma vez que a população precisa custear o transporte para o deslocamento. Como solução, a notícia aponta a necessidade de se buscar meios e adaptações para acesso ao Programa Bolsa Família, como a implantação de locais mais estratégicos,

com saque do benefício e programas que levem em consideração a especificidade do território. Ressaltamos que os rebatimentos do capitalismo incidem nos modos de vida da população indígena, o que aponta a necessidade de buscarmos alternativas que visem à manutenção dos modos de vida dessa população e seu protagonismo junto à Política de Assistência Social no Brasil.

## 1.6 PREVIDÊNCIA SOCIAL

Para tratarmos das notícias relacionadas à Previdência Social e aos povos indígenas, é fundamental lembrarmos de todo o desmonte que as políticas sociais estão sofrendo, e, mesmo diante desse cenário, há poucas notícias abordando como tal conjuntura se reflete no acesso aos direitos indígenas. No caso da Previdência Social, encontramos duas notícias nos meios de comunicação acessados. Isso demonstra um dado importante: a frágil relação das políticas sociais, com ênfase nas políticas de Assistência Social e Previdência Social, com os direitos indigenistas. De antemão, como análise introdutória das notícias, destacamos que, na medida em que uma trata da apropriação de identidades indígenas para efetivar o acesso a direitos previdenciários, a outra evidencia os entraves burocráticos ao acesso de direitos equivalentes para indígenas.

Em 2017, a Mídia Ninja veiculou a notícia intitulada “*Indígenas seguem ocupação na FUNAI do Maranhão*” (MÍDIA NINJA, 2017). A notícia começa retratando a situação de um indígena que teve a mão amputada por consequência de um ataque de fazendeiros no Maranhão em que outros indígenas também ficaram feridos. O indígena da etnia Akroá-Gamella não conseguiu acessar a aposentadoria especial, por conta da Declaração de Atividade Rural da FUNAI, para, assim, realizar a perícia no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)<sup>5</sup>.

---

5 A Instrução Normativa 45 do INSS afirma que se enquadra como Segurado

Em resposta aos ataques de grileiros e fazendeiros, indígenas das etnias Akroá-Gamella, Krenyê e Tremembé ocuparam a sede da FUNAI do Maranhão. Ao mesmo tempo, indígenas das etnias Krepym Katejê e Krenyê ocuparam a Unidade Regional de Educação (URE), tendo em vista a situação da educação no referido estado. A ocupação ocorreu porque a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) não seguiu o que prevê a Educação Escolar Indígena Diferenciada. Representantes da FUNAI regional indicam que a situação é de competência da FUNAI no âmbito nacional e, mais uma vez, o Estado acabou por negligenciar o acesso aos direitos indígenas. Trecho da nota pública das etnias Akroá-Gamella, Krenyê e Tremembé afirma: “Sentimos na pele o peso do racismo e preconceito de instituições e pessoas que têm o dever de executar as políticas públicas. Contra isso decidimos não nos deixar abater!” (MÍDIA NINJA, 2017).

A outra notícia foi veiculada pelo jornal Zero Hora, em 2016, cujo título é “PF investiga fraudes de R\$ 1 mi no INSS” (ZERO HORA, 2016). Essa notícia foi coletada tendo em vista que o descritor “indígenas” se encontra no subtítulo da matéria: “*Grupo ‘registrava falsamente crianças como se fossem filhos de indígenas já falecidos’ para obtenção de pensão por morte*”. O primeiro parágrafo da notícia é dedicado a explicitar os órgãos públicos que comandaram a operação, como a Polícia Federal, que afirma que o esquema milionário de fraudes estruturou-se a partir de um funcionário da FUNAI de Mato Grosso do Sul. Ainda segundo a PF, a organização criminosa também estruturou-se no campo jurídico por intermédio de um advogado que pleiteava benefícios indeferidos e, ainda,

---

Especial Indígena a pessoa indígena, reconhecida pela FUNAI, que atue como artesão e que se utilize de matérias-primas provenientes de extração vegetal e que faça dessas atividades sua principal fonte de renda, independentemente de ser um indígena aldeado ou não (BRASIL, 2010).

patrocinava “pedidos de guarda de menores por parte de indígenas aliados para a fraude, tirando a guarda de crianças de seus guardiões atuais com o único objetivo de se apropriar dos benefícios previdenciários” (ZERO HORA, 2016). O Jornal Zero Hora, ao final do texto, faz referência ao Estadão Conteúdo.

Importante destacarmos que na notícia, como é característica do jornal na qual a notícia foi veiculada, não se critica a ação do ponto de vista da apropriação de identidades indígenas para, mais uma vez, beneficiar e enriquecer homens brancos. O parágrafo final, ao explicar o significado do nome da operação, Uroboros, associação a uma serpente que come o rabo, menciona unicamente o caráter destrutivo da cobiça e da ganância, isso posto em uma perspectiva de análise rasa e invisibilizando as identidades indígenas.

## 1.7 EDUCAÇÃO

Com relação as notícias que trataram sobre a Educação, identificamos, logo à primeira leitura, que a maioria delas diz respeito ao acesso dos indígenas ao ensino superior. Observamos, ainda, notícias sobre as condições das escolas indígenas, a educação indígena e a literatura indígena.

Sobre as condições objetivas das escolas indígenas que são básicas para que a construção de saberes e aprendizagens possam ser desenvolvidas, identificamos a notícia veiculada no Jornal Zero Hora: “*Após ficar mais de seis meses sem luz, escola indígena de Santa Maria tem energia elétrica ligada*” (WEGNER, 2019). Essa notícia é bem sintética, expondo somente os fatos do acontecido, incluindo que o Ministério Público Federal entrou com Ação Civil Pública na

Justiça para religar a energia elétrica na escola de estudantes da etnia Kaingang. Isso nos remete a discussão sobre as condições básicas de estruturas que correspondem aos direitos sociais essenciais, como o acesso à Educação, à sua infraestrutura e à Educação diferenciada aos indígenas. A desresponsabilização do Estado pela provisão dos recursos necessários demonstra a precarização das escolas e a necessária organização das comunidades indígenas que permanentemente se movimentam reivindicando aquilo que é direito básico.

Não poderíamos deixar de abordar também a notícia *“Exército impede entrada de líder e estudantes indígenas na própria terra deles”* (MAISONNAVE; VALENTE, 2016), veiculada no Jornal Folha de São Paulo, em que há discordâncias nas versões do ocorrido por parte do Exército e da FUNAI. O fato ocorreu durante a realização da Assembleia da Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI), no Amazonas, quando indígenas foram barrados pelo exército na entrada do evento. Segundo a notícia, o exército tinha uma lista de pessoas sem autorização para entrar no território. Uma das convidadas da Assembleia, Maria Baré, entre outras lideranças da etnia Baniwa que realizaram a Assembleia, foram impedidas de entrar causando muita indignação nos estudantes indígenas que lá estavam, como o dito: “a minha indignação e repúdio é enquanto indígena [...] Qual é a legislação que me impede de entrar no meu próprio território?”. Essa notícia expressa às violações cotidianas e também muito simbólicas do sistema capitalista e, principalmente, do atual governo tendo em vista a contradição das forças do Estado estar presentes barrando a entrada de indígenas no seu próprio território e, em contrapartida, estarem completamente ausentes em invasões de madeireiros e garimpeiros.

Tomando como referência a validação especialmente do atual governo no que diz respeito às violações de direitos indígenas, mencionamos aqui a notícia veiculada na Mídia Ninja *“Escola e posto de saúde de atendimento a indígenas são incendiados em PE”* (MÍDIA NINJA, 2018). Tais estruturas ficavam localizadas no território da etnia Pakararu, em Pernambuco, que amanheceram queimadas logo após a eleição do presidencial em 2018. Engana-se quem enxerga os fatos isolados e não os vêem carregando uma simbologia de destruição dos direitos sociais indigenistas e do cheiro das queimadas.

Destacamos que a maioria das notícias em relação ao ensino superior são chamadas para os processos de seleção e respectivas vagas para indígenas em universidades, principalmente nas instituições públicas. Nesse sentido, para além do ingresso às universidades, fomentado principalmente pelas cotas (Lei 12.711 de 2012), tem sido destaque nas notícias a necessária discussão sobre a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior por meio das bolsas de estudo e benefícios estudantis. A Mídia Ninja publicou a notícia *“Indígenas denunciam corte de bolsas e abandono da educação diferenciada em reunião com ministro”* (MÍDIA NINJA, 2018) que retrata a reivindicação por parte das comunidades indígenas à permanência nas universidades por meio do financiamento de bolsas de estudos, ao direito à educação diferenciada na educação básica, a partir de materiais didáticos produzidos pelas próprias comunidades indígenas.

Ainda, a Revista Carta Capital publicou a notícia *“Indígenas são alvo de discurso preconceituoso em universidades”* (BORARI, 2019) também trata da questão da permanência estudantil, pauta importante dentro de todo o movimento estudantil que afirma o direito de entrar e dar continuidade aos estudos a partir de condições dignas para isso. A notícia destaca que há grande

preconceito com os indígenas que saem das aldeias para estudarem na cidade. Isso decorre de uma visão idealizadora e colonialista do que é ser indígena, associado também a uma visão única, homogeneizada de ser indígena. A ocupação de espaços como os das universidades permite que haja movimentos nas pesquisas e produções científicas e trocas de conhecimentos em sala de aula para além de um olhar não indígena. E é exatamente por isso que há tanto medo; dos processos de retomadas das narrativas.

Além disso, foram identificadas notícias sobre a literatura indígena, expressão de memória e resistência. A notícia da Carta Capital, “*Dez obras para conhecer a Literatura Indígena*” (CARTA CAPITAL, 2016), reuniu obras que, segundo a notícia, se colocam como uma possibilidade de iniciar a questão indígena nas escolas, mas o ensino da questão indígena não cabe em uma aula dedicada a essa discussão. A questão indígena, assim como a quilombola, precisa ser incorporada na abordagem de outros assuntos, não sendo colocada em uma caixa isolada e aberta em 19 de abril. Os conhecimentos e sabedorias ancestrais indígenas são passados e valorizados por meio da oralidade, mas vêm conquistando espaço na literatura, pintura, música, teatro entre tantas outras formas de expressar os saberes originários e a indissociabilidade ser-humano-natureza.

## 1.8 OUTRAS NOTÍCIAS

As notícias *outras* que não tinham como tema as políticas sociais, território e meio ambiente, foram coletadas intencionalmente pelas pesquisadoras, tendo em vista a sua relevância em relação às comunidades indígenas. Elas totalizaram 576 notícias, organizadas nas seguintes temáticas: *cultura e arte, direitos indígenas,*

*internacionais, genocídio, mulheres e representação política.* Para cada uma das temáticas, foi escolhida intencionalmente uma notícia.

Em relação à cultura e arte, em junho de 2019, a revista Carta Capital publicou uma notícia intitulada “De Djuena Tikuna a Matsipaya Waura: música vira resistência indígena” (BORARI, 2019). Essa notícia representa tantas outras que falam sobre as expressões culturais indígenas e como a música cumpre um papel de resistência, principalmente, diante das ameaças diárias às comunidades indígenas, a seus territórios e ao acesso às políticas sociais. A notícia destaca que alguns cantores indígenas misturam o português com suas línguas nativas, o que se configura como uma afirmação de identidades e, sobretudo, um ato de coragem.

Ressaltamos que, durante a coleta das notícias, identificamos duas questões que muito têm a ver com as expressões culturais indígenas e com a arte: as jovens lideranças e as novas formas de (re)existir. Embora lideranças como Sônia Guajajara, Raoni e Ailton Krenak serem muito citadas nas notícias analisadas, as formas de resistência por meio da música, da escrita e pela comunicação digital estão se tornando cada vez mais presentes como manifestações das juventudes indígenas. Durante o período de pandemia Covid 19 (em 2020), por exemplo, temos acompanhado as resistências também por meio das *lives*, das petições, das candidaturas políticas e do diálogo desses representantes, fluindo por meio das mídias, o que permite que as pautas indígenas cheguem a diferentes públicos, principalmente, a pessoas mais jovens, e que se tornem aliadas na defesa e ampliação dos direitos indígenas.

Acerca desses direitos, a revista Carta Capital veiculou a notícia intitulada “*Brasil é cobrado na ONU por retrocesso nos direitos indígenas*” (CARTA CAPITAL, 2017). A cobrança ao Brasil se dá pela falta de demarcação de terras indígenas, apontando também a necessidade de fortalecer a FUNAI e manter as políticas específicas de educação e saúde indígenas. Em 2007, 148 países apoiaram a ONU na Declaração dos Povos Indígenas, que reafirma o direito de indígenas de reproduzirem seus modos de ser e viver nos estados nacionais e que sejam respeitadas suas terras, culturas e línguas. No ano anterior à notícia, em 2016, o jornal Zero Hora publicou uma notícia sobre a Declaração de Direitos dos Povos Indígenas, elaborada pela Organização de Estados Americanos (OEA), na qual se reconhecem as diversas culturas e línguas dos povos indígenas. No evento da ONU, as informações que foram repassadas para os representantes de outros países foram trazidas apenas pelo governo, não por representantes indígenas, o que mascara a realidade do nosso país e dos ataques diários sofridos pelos povos indígenas. Diante disso, Sônia Guajajara fala que

Parece que não estamos falando do mesmo país. As questões que são apresentadas como avanços aqui, lá no Brasil, estão sendo desconstruídas, como a demarcação das terras indígenas; a redução de orçamento da Funai e o loteamento de cargos para partidos políticos; o corte de servidores especialmente nas áreas que chegam na ponta (CTLs) e na coordenação de licenciamento ambiental. Tudo isso enfraquece ainda mais a execução da política indigenista e não garante a ocupação e gestão plena das terras como anuncia o governo (GUAJAJARA, Sônia, 2017). Entre as notícias coletadas, foram identificadas 133 internacionais que versam sobre a questão indígena, dentre as quais, chama a atenção o grande número de notícias sobre as lideranças e grupos indígenas que denunciam

internacionalmente os ataques e as violações de direitos vivenciadas pelas comunidades indígenas no Brasil, retratando, assim, uma das formas de resistência. Isso está expresso por meio das manchetes, como é o caso da notícia veiculada em 2017 na Revista Carta Capital, cujo título é “*No Parlamento Europeu, indígenas denunciam ataques do governo Temer*” (CARTA CAPITAL, 2017), ou a notícia de 2019 da Folha de São Paulo, que diz que “*Grupos denunciam Bolsonaro ao tribunal penal internacional por incitação a genocídio indígena*” (LARA; PRUDENCIANO, 2019). Em todo o período analisado, estão presentes manchetes como essas, que expressam a relevância da organização política indígena, sua potência, sua resistência e seu reconhecimento, inclusive, internacionalmente.

Sobre o genocídio das comunidades indígenas, o jornal Zero Hora, em 2019, publicou a notícia “Índio é assassinado durante invasão de garimpeiros no Amapá, dizem moradores” (MAISONNAVE, 2019). Essa notícia foi uma entre outras tantas que citam as violências cotidianas que os povos indígenas vivenciam e às quais têm resistido.

O garimpo em terras indígenas mata. A notícia citada, aborda o assassinato de uma liderança da etnia Waiãpi, encontrada morta com sinais de perfurações pelo corpo. Quando questionado sobre o crime, Jair Bolsonaro disse não haver indício forte de que a liderança realmente fora assassinada. Nos meios de comunicação analisados, identificamos que, no ano de 2019, houve um montante de notícias sobre violência contra indígenas, principalmente, nos territórios do Amapá e Maranhão.

Mesmo com todos esses ataques, há uma enorme resistência, que destacamos, também, que é a organização das mulheres

indígenas. No ano de 2019, ocorreu a Iª Marcha das Mulheres Indígenas. A Folha de São Paulo publicou a notícia com este título: “*Em 1ª marcha, mulheres indígenas protestam contra governo Bolsonaro*” (ZAREMBA, 2019), tendo como lema “*Território: nosso corpo, nosso espírito*”. A Marcha foi organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e, segundo estimativa do órgão, estavam presentes cerca de 3 mil mulheres indígenas, de 120 comunidades indígenas de diferentes estados. As mulheres indígenas também ocuparam o prédio da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) contra a municipalização da saúde indígena e se uniram a uma manifestação contra os cortes de verbas na educação. Na notícia, há falas das mulheres indígenas presentes na manifestação, como a de Luisa Canuto Tabajara, do Ceará: “Precisamos garantir que nossos territórios sejam respeitados. É a razão da nossa existência. Estão invadindo nossas matas, matando rios, envenenando terras”. A notícia também traz que, na mesma semana, aconteceu a Marcha das Margaridas, ato realizado por trabalhadoras rurais contra a violência contra as mulheres, contra racismo, LGBTfobia, intolerância religiosa e pela preservação do meio ambiente.

A organização política dos povos indígenas torna-se evidente nas notícias coletadas, assim como a representatividade indígena na política, principalmente, a partir das eleições de 2018, quando tivemos Sônia Guajajara em uma chapa disputando a vice-presidência do Brasil. Sobre a importância da organização política, a Mídia Ninja publicou a notícia intitulada “*Acampamento Terra Livre 2018: Mais de 100 etnias pelos direitos indígenas*” (MÍDIA NINJA, 2018), em que mais de 3.200 indígenas estiveram presentes. Algumas das pautas tratadas: fim da violência contra os povos indígenas, maior participação na política e demarcação de terras.

A constante luta pela terra, pela manutenção dos territórios já demarcados e por mais demarcações perpassa, de algum modo, a maioria das notícias mencionadas. O governo Bolsonaro é citado em diversas delas, já que é enfaticamente contrário à demarcação de territórios indígenas e de territórios quilombolas e à manutenção dos modos de ser e viver dessas comunidades. Não por coincidência, no segundo dia do seu mandato, em 2019, o Presidente transferiu as demarcações de terras indígenas e de quilombolas para o Ministério da Agricultura; no entanto, com a mobilização e pressão do movimento indígena, Bolsonaro recuou, mantendo a FUNAI no Ministério da Justiça.

## 1.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta investigação nos meios de comunicação citados, em parte aqui socializada, tivemos a intenção, como pesquisadora indígena e não indígenas, de chamar a atenção para a *questão indígena brasileira* e de contribuir para que haja o reconhecimento e a reafirmação do *lugar de fala* dos povos indígenas.

A luta indígena é a luta pela existência humana. As violações históricas aos direitos indígenas, que se agravam no cenário contemporâneo, são reflexos de uma sociedade que não legitima socialmente as diferentes necessidades sociais e culturais. Se existem os direitos indígenas, assim como as políticas indigenistas, elas são resultado de lutas sociais e, ainda assim, são contraditórias e não atendem às reivindicações históricas dos povos indígenas, ainda mais quando essas conquistas se corroem e se desestruturam em uma avalanche de ataques. O que vimos é que a resistência indígena está na raiz profunda da ancestralidade, pois assim que uma notícia

de violação de direitos é publicada, imediatamente é identificada uma notícia de resistência e de denúncia indígena ou, em algumas situações, são concomitantes. Avante com nossos ancestrais.

## REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Thiago. Brasil registra 30 suicídios por dia; problema afeta mais idosos e índios. **Folha de São Paulo**, 21 de set. de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1920489-brasil-registra-30-suicidios-por-dia-problema-afeta-mais-idosos-e-indios.shtml>>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

BORARI, Leila. De Djuna Tikuna a Matsipaya Waura: música vira resistência indígena. **Carta Capital**, 8 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/de-djuena-tikuna-a-matsipaya-waura-musica-vira-resistencia-indigena/>>. Acesso em: 24 de set. de 2020.

BRASIL. **Instrução Normativa 45 do INSS**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.mpf.mp.br/atuacaotematica/pfdc/institucional/legislacao2/previdencia-e-assistencia-social/docs/instrucao-normativa-inss-pres-no-45-2010/at\\_download/file](http://www.mpf.mp.br/atuacaotematica/pfdc/institucional/legislacao2/previdencia-e-assistencia-social/docs/instrucao-normativa-inss-pres-no-45-2010/at_download/file)>. Acesso em: 25 set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto Nº 7336 de 19 de Outubro de 2010. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Fundações Gratificadas do Ministério da Saúde, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de out. de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7336.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7336.htm)>. Acesso em: 21 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção aos Povos Indígenas**. Aprovada

pela Portaria do Ministério da Saúde nº 254, de 31 de jan. de 2002 (DOU nº 26 - Seção 1, p. 46 a 49, de 6 de fev. de 2002). Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_saude\\_indigena.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf)>. Acesso em: 21 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.801, de 9 de Novembro de 2015. Define os Subtipos de Estabelecimentos de Saúde Indígena e estabelece as diretrizes para elaboração de seus projetos arquitetônicos, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 de nov. de 2015. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1801\\_09\\_11\\_2015.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1801_09_11_2015.html)>. Acesso em: 21 de set. de 2020.

BORARI, Leila. Indígenas são alvo de discurso preconceituoso em universidades. **Carta Capital**, 23 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/indigenas-vaio-alvo-de-discurso-preconceituoso-em-universidades/>>. Acesso em: 16 de out. de 2020.

CARTA CAPITAL. Após protestos, governo Temer recua de mudanças na saúde indígena. **Carta Capital**, 27 de out. de 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/apos-protesto-governo-temer-recua-de-mudancas-na-saude-indigena/>>. Acesso em: 23 de set. de 2020.

CARTA CAPITAL. Dez obras para conhecer a Literatura Indígena. **Carta Capital**, 14 de jan. de 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/dez-obras-com-a-tematica-indigena/>>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

CARTA CAPITAL. No Parlamento Europeu, indígenas denunciam ataques do governo Temer. **Carta Capital**, 23 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/no-parlamento-europeu-indigenas-denunciam-ataques-do-governo-temer/>>. Acesso em 18 de set. de 2020.

DIAZ, João Cesar. Deputado tucano boicota programa de acesso à água para indígenas. **Carta Capital**, 16 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/deputado-tucano-boicota-programa-de-acesso-a-agua-para-indigenas/>>. Acesso em: 23 de set. de 2020.

LARA, Matheus; PRUDENCIANO, Gregory. Grupos denunciam Bolsonaro ao tribunal penal internacional por incitação a genocídio indígena. **Folha de São Paulo**, 28 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,grupos-denunciam-bolsonaro-ao-tribunal-penal-internacional-por-incitacao-a-genocidio-indigena,70003105826>>. Acesso em: 17 de set. 2020.

MAISONNAVE, Fabiano. Bolsa Família altera rotina de indígenas na região do Xingu. **Folha de São Paulo**, 04 de set. de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1810078-bolsa-familia-altera-rotina-de-indigenas-na-regiao-do-xingu.shtml>>. Acesso em: 17 de set. de 2020.

MAISONNAVE, Fabiano. Burocracia prejudica acesso de índios do MS ao Bolsa Família. **Folha de São Paulo**, 04 de set. de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1810104-burocracia-prejudica-acesso-de-indios-do-ms-ao-bolsa-familia.shtml>>. Acesso em: 17 de set. de 2020.

MAISONNAVE, Fabiano. Índio é assassinado durante invasão de garimpeiros no Amapá, dizem moradores. **Zero**

**Hora**, 27 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/07/indio-e-assassinado-durante-invasao-de-garimpeiros-no-amapa-dizem-moradores-cjym3ksp9018t01k0j2dm0quz.html>>. Acesso em: 18 de set. de 2020.

MAISONNAVE, Fabiano. Saúde indígena perderá 301 de seus 372 médicos com a saída de médicos. **Folha de São Paulo**, 19 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/saude-indigena-perdera-301-de-seus-372-medicos-com-a-saida-de-cubanos.shtml>>. Acesso em: 23 de set. de 2020.

MAISONNAVE, Fabiano; VALENTE, Rubens. Exército impede entrada de líder e estudantes indígenas na própria terra deles. **Folha de São Paulo**, 19 de jul. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/exercito-impede-entrada-de-lider-e-estudantes-indigenas-na-propria-terra-deles.shtml>>. Acesso em: 15 de out. de 2019.

MATTOS, Laura. “Remédio do Mato” é o que mais alivia dor de índios, diz estudo. **Folha de São Paulo**, 01 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/07/remedio-do-mato-e-o-que-mais-alivia-a-dor-de-indios-diz-estudo.shtml>>. Acesso em: 21 de set. de 2020.

MÍDIA NINJA. Acampamento Terra Livre 2018: Mais de 100 etnias pelos direitos indígenas. **Mídia Ninja**, 24 de abr. de 2018. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/acampamento-terra-livre-2018-mais-de-100-etnias-pelos-direitos-indigenas/>>. Acesso em: 28 de set. de 2020.

MÍDIA NINJA. Após mobilizações em todo o país, Ministro da Saúde volta atrás e vai manter SESAI. **Mídia Ninja**, 23 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/apos->

mobilizacoes-em-todo-o-pais-ministro-da-saude-volta-atras-e-vai-manter-o-sesai/>. Acesso em: 23 de set. de 2020.

MÍDIA NINJA. Escola e posto de saúde de atendimento a indígenas são incendiados em PE. *Mídia Ninja*, 29 de out. de 2018. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/escola-e-posto-de-saude-atendimento-indigenas-incendiados-pe/>>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

MÍDIA NINJA. Indígenas denunciam corte de bolsas e abandono da educação diferenciada em reunião com ministro. **Mídia Ninja**, 29 de abr. de 2018. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/indigenas-denunciam-corte-de-bolsas-e-abandono-da-educacao-diferenciada-em-reuniao-com-ministro/>>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

MÍDIA NINJA. Indígenas ocupam sede do Ministério da Saúde em Curitiba. **Mídia Ninja**, 27 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/indigenas-ocupam-sede-do-ministerio-da-saude-em-curitiba/>>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

MÍDIA NINJA. Indígenas seguem ocupação na FUNAI do Maranhão. **Mídia Ninja**, 21 de nov. de 2017. Disponível em: <https://midianinja.org/news/indigenas-seguem-ocupacao-na-funai-do-maranhao/>. Acesso em: 17 de set. de 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2005.

ROSA, Francis Mary Soares Correia Da. A Invenção do Índio. **Espaço Ameríndio**. Porto Alegre. V. 9, n. 3, p. 257-277, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/58523>>. Acesso em 10 de jan. de 2020.

VALENTE, Rubens. Abrigo de saúde indígena em Brasília vive caos com pagamentos atrasados. **Folha de São Paulo**, 22 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/abrigo-de-saude-indigena-em-brasilia-entra-em-caos-com-pagamentos-atrasados.shtml>>. Acesso em: 24 de set. de 2020.

VARGAS, Rodrigo. Substituição de cubanos em áreas indígenas ainda é exceção no Mais Médicos. **Folha de São Paulo**, 20 de dez. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/substituicao-de-cubanos-em-areas-indigenas-ainda-e-excecao-no-mais-medicos.shtml>>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

YAMADA, Érika. Brasil é cobrado na ONU por retrocesso nos direitos indígenas. **Carta Capital**, 8 de mai. de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/reivindicacoes-do-brasil-indigena-retratadas-na-onu/>. Acesso em: 25 de set. de 2020.

WEGNER, Camille. Após ficar mais de seis meses sem luz, escola indígena de Santa Maria tem energia elétrica ligada. **Zero Hora**, 18 de set. de 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/09/apos-ficar-mais-de-seis-meses-sem-luz-escola-indigena-de-santa-maria-tem-energia-eletrica-ligada-ck0pe4y6o0dm01nwsox2e4w8.html>>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

ZAREMBA, Júlia. Em 1ª marcha, mulheres indígenas protestam contra governo Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, 13 de ago. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/em-1a-marcha-mulheres-indigenas-protestam-contra-governo-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 28 de set. de 2020.

ZERO HORA. PF investiga fraudes de R\$ 1 mi no INSS. **Zero Hora**, Estadão Conteúdo, 03 de jun. de 2016. Disponível

em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/06/pf-investiga-fraudes-de-r-1-mi-no-inss-5825355.html>. Acesso em: 17 de set. de 2020.